



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 12/2022**

Período: 16/04/2022 - 22/04/2022

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Periódicos discutiram a vida do general Newton Cruz, defensor do regime militar, e um deles recordou Egídio Ferreira Lima, defensor da Democracia
- 2- Gravações do Superior Tribunal Militar I: áudios indicam caso de tortura durante o regime militar e vice-presidente da República Hamilton Mourão debochou de possível investigação
- 3- Em entrevista, Economista disse que "Lugar de militares é no quartel, não no governo"
- 4- Gravações do Superior Tribunal Militar II: jornais e especialistas analisaram e se posicionaram sobre os áudios revelados e falas de Hamilton Mourão
- 5- Periódico analisou sobre a possibilidade de uma "nova Frente Ampla"
- 6- Gravações do Superior Tribunal Militar III: áudios confirmaram ilegalidade em cassação de Moreira Alves
- 7- Militares indiciados na CPI da covid-19 entraram na corrida eleitoral
- 8- Jornalista e humorista discutiram sobre a reputação das Forças Armadas
- 9- Gravações do Superior Tribunal Militar IV: jornalistas criticaram a Justiça Militar e falas do presidente do Superior Tribunal Militar
- 10- Gravações do Superior Tribunal Militar V: estudiosos avaliaram a importância dos áudios divulgados sobre as violações cometidas pelo regime militar
- 11- Pré-candidatos às eleições se posicionaram sobre às Forças Armadas
- 12- "Homenagens a torturadores substituí lugar de torturados", diz Socióloga

### 1- Periódicos discutiram a vida do general Newton Cruz, defensor do regime militar, e um deles recordou Egídio Ferreira Lima, defensor da Democracia

O jornal *Correio Braziliense* relatou a vida de duas personalidades da época do regime militar (1964-1985) que faleceram a pouco dias. A primeira foi Egídio Ferreira Lima, deputado estadual durante o regime militar, cujos direitos políticos foram cassados em 13/12/68, pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Lima, segundo a reportagem, recuperou seus direitos políticos após a Lei da Anistia, decretada em agosto de 1979, pelo então presidente da República João Batista Figueiredo. Já em abril de 1984, Lima votou pela emenda Dante de Oliveira, exigindo a realização de eleições diretas para o Palácio do Planalto naquele ano, como um defensor das campanhas das Diretas Já. Por outro lado, o periódico destacou a carreira marcada por polêmica do general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, que foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos

anos de 1977 a 1983. Segundo o jornal, o general Cruz fez parte da linha dura do regime, sendo apontado como participante da tentativa de atentado ao Riocentro em 1981 e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) como um dos militares praticantes de tortura, nunca sendo julgado pelos crimes que cometeu. Entretanto, segundo a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Cruz ficou conhecido por “não ter impedido o atentado ao Riocentro”, apesar de seu conhecimento prévio, e por suas “falas polêmicas e jeito agressivo”, como quando mandou um jornalista calar a boca, ao mesmo tempo em que o agarrou pelo braço e pelo pescoço, em 1983. Ainda em 1983, o general teria se envolvido no Caso Alexandre von Baumgarten. Ainda segundo *O Estado de S. Paulo*, foi um dos responsáveis pela destruição, um ano antes de deixar o posto, de diversos documentos do regime. Assim como o *Correio Braziliense*, a *Folha de S. Paulo*, o apontou como um dos 6 acusados do atentado do Riocentro, e como um dos principais críticos à reabertura dos arquivos e um dos poucos fortemente acusados durante o regime militar. Por fim, a *Folha de S. Paulo* lembrou da entrevista concedida pelo general, em que confessou saber da informação sobre o atentado do Riocentro com 2 horas de antecedência. (*Correio Braziliense* - Política - 17/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 17/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 17/04/22)

## 2- Gravações do Superior Tribunal Militar I: áudios indicam caso de tortura durante o regime militar e vice-presidente da República Hamilton Mourão debochou de possível investigação

Segundo reportagens dos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar (STM), acessadas por Fernando Fernandes, pesquisador e advogado criminalista e Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontaram episódios de tortura durante o regime militar (1964-1985). O conteúdo dos áudios, referente ao período de 1975 a 1985, se resume a falas de ministros e almirantes sobre os episódios de tortura que chegavam para a análise da Corte. De acordo com os jornais, na sessão de 19/10/76, em áudio atribuído ao almirante Julio de Sá Bierrenbach foi dito: "Senhores ministros, já é tempo de acabarmos de uma vez por todas com os métodos adotados por certos setores policiais de fabricarem indiciados, extraindo-lhes depoimentos perversamente pelos meios mais torpes, fazendo com que eles declarem delitos que nunca cometeram, obrigando-os a assinar declarações que nunca prestaram". Uma fala atribuída ao general Augusto Fragoso, de 09/06/78, mencionou que "Eu, nesses 50 e tantos anos de serviço, vivendo crises militares de 1930, 1932 e 1935, nunca vi, nunca ouvi, acusações desse jaez feitas a órgãos do Exército. Acho que nosso Exército, seguindo exemplo das forças irmãs, devia rapidamente se recolher aos afazeres profissionais", e ainda "Não posso deixar assim passar em brancas nuvens essas acusações que foram feitas na tribuna contra esses órgãos do Exército. E sabemos que muitas delas são destituídas completamente de fundamento, mas algumas delas têm aparência de veracidade". Em outro trecho, atribuído ao general Rodrigo Octávio, é relatado, em 24/06/77, o aborto sofrido por Nádia Lúcia do Nascimento aos três meses de gravidez em decorrência de tortura por meio de “choques elétricos em seu aparelho genital” no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa

Interna (DOI-Codi), órgão de repressão política sob comando do Exército que agia no combate à oposição ao regime. Desse modo, nota-se que os áudios comprovam que os ministros da Corte Militar sabiam das violações de direitos cometidos pelo Exército durante a ditadura, se dividindo na época entre aqueles que acreditavam na necessidade de apurar as denúncias e aqueles que duvidavam da veracidade do depoimento dos denunciadores. Segundo os jornais, o Exército, quando procurado, declarou que o STM é um órgão do Judiciário e não vai se manifestar sobre os áudios. O senador Humberto Costa, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, se manifestou afirmando que “temos a obrigação de investigar qualquer tipo de denúncia de desrespeito aos direitos humanos, particularmente na temática de tortura, em especial no momento que vivemos, em que alguns daqueles que viveram e apoiaram a ditadura partem para uma defesa do que eles chamam de virtudes do regime militar” e completou “É bom lembrar que, há pouco, a ordem do dia das três Forças Militares e do ministro foi no sentido de louvar o golpe militar e os anos de ditadura”. Já o vice-presidente da República Hamilton Mourão, de acordo com a apuração do *Correio Braziliense*, ironizou a possível investigação dos casos de tortura apontados pelo material divulgado. “Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô. Vai trazer os caras do túmulo de volta?” disse, na chegada ao Palácio do Planalto, afirmando ainda que “História, isso já passou, né? É lógico, você tem que conhecer a História. A História, ela sempre tem dois lados ao ser contada. Então, vamos lembrar: aqui houve uma luta, dentro do país, contra o Estado brasileiro, por organizações que queriam implantar a ditadura do proletariado aqui. Era um regime que na época atraía, vamos dizer assim, uma grande quantidade da juventude brasileira e, também, parcela da sociedade, mas que perderam essa luta. Ah, houve excessos? Houve excesso de parte a parte”. Ainda, de acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o senador Costa, considerou as denúncias muito graves e encaminhou um ofício ao STM com a finalidade de obter as gravações. Personalidades como o senador Renan Calheiros e o advogado e presidente do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, Ariel de Castro Alves, criticaram as falas do vice-presidente. (*Correio Braziliense* - Poder - 18/04/22; *Correio Braziliense* - Poder - 18/04/22; *Correio Braziliense* - Política - 19/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 18/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 19/04/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 20/04/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 18/04/22)

### 3- Em entrevista, Economista disse que "Lugar de militares é no quartel, não no governo"

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Zeina Latif, doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP), com passagens por algumas das maiores instituições financeiras do país, criticou o excesso de fardados ocupando cargos estratégicos do governo, gerando um atraso para o país e ajudando a minar a credibilidade das Forças Armadas. A economista afirmou que “o regime militar [1964-1985], em boa medida, foi responsável pela década perdida de 1980. Não que não tenhamos cometido os nossos próprios erros” e ressaltou que a participação dos militares em cargos do governo é falta de organização das elites, o que gera uma fraqueza em nossa democracia. (*Correio Braziliense* - Economia - 17/04/22)

#### 4- Gravações do Superior Tribunal Militar II: jornais e especialistas analisaram e se posicionaram sobre os áudios revelados e falas de Hamilton Mourão

Em editorial, o periódico *O Correio Braziliense* discorreu sobre os áudios obtidos por Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), caracterizando as revelações como “estranhadoras”. O jornal destacou as torturas sofridas por mulheres como Nádia Lúcia do Nascimento, que sofreu um aborto após agressões físicas nos porões do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além da jornalista Miriam Leitão, que foi colocada grávida em uma cela escura junto a uma cobra, e que hoje foi quem tornou os áudios públicos. O editorial destacou a necessidade de “passar a limpo” parte da história do período ditatorial, com a aprovação ou não dos defensores dessa parte do passado brasileiro, e ainda citou ao fim a frase da economista Zeina Latif ao *Correio*, afirmando que “militares se limitem ao quartéis”, ao lembrar a forte representação militar no atual governo, finalizou dizendo que “repetir esse descalabro é inaceitável”, ao se referir ao regime militar, lembrando as consequências na economia, com a inflação, o aumento da desigualdade social, o endividamento público, e obviamente, a tortura. E em análise do jornalista e colunista do *Correio*, Luiz Carlos Azevedo, as falas do general da reserva e vice-presidente da República Hamilton Mourão, ao afirmar que “apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô. (risos). Vai trazer os caras do túmulo de volta?”, traduzem a repulsa das Forças Armadas em tratar do tema com um olhar autocrítico e democrático. Essa negação é legitimada pela “anistia recíproca”, que ao fim do regime militar marcou um importante passo na libertação de presos políticos. Ao contrário do que afirmou Mourão, outros 97 militares envolvidos em torturas ainda estão vivos em lista publicada pelo Instituto Vladimir Herzog, segundo o colunista. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* se referiu como “piada de mau gosto” ao apontar uma mesma lógica dos anos de chumbo no Superior Tribunal Militar (STM), e colocou como ainda pior a defesa do presidente da República Jair Bolsonaro de que civis sejam julgados pela Justiça Militar por eventuais ofensas às Forças Armadas. Ademais, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo* o colunista Hélio Schwartzman apontou que os ministros do STM estavam cientes dos abusos cometidos, e mesmo assim, não colocaram um fim àquilo que eles próprios definiram como covardia, descumprindo assim suas obrigações. Schwartzman concluiu que os áudios de ministros do STM são o mais novo episódio em uma sequência de notícias que desmoralizam as Forças Armadas, como a má gestão do Ministério da Saúde por um militar, as denúncias de corrupção no uso da verba do covid-19, e a aquisição de dezenas de milhares de comprimidos de Sildenafil, o genérico do Viagra. Segundo ele, “Incompetência, roubo e pusilanimidade é o resumo do noticiário militar. E há ainda o golpismo permanente. Vai ficando cada vez mais difícil sustentar que as Forças Armadas se modernizaram e democratizaram.” (*Correio Braziliense* – Opinião – 19/05/22; *Correio Braziliense* – Política – 19/04/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 19/04/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 20/04/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 20/04/22)

#### 5- Periódico analisou sobre a possibilidade de uma “nova Frente Ampla”

Em coluna opinativa do periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista, professor e escritor, Ricardo Viveiros, analisou sobre a possibilidade de uma aliança entre um conjunto de líderes, “sem vaidades ou pretensões” com a finalidade de derrotar o presidente da República Jair Bolsonaro, e se unir em um só nome para candidato à presidência da República. O jornalista lembrou as articulações formadas após o golpe militar de 1964 formando uma Frente Ampla em oposição à ditadura. João Goulart não aceitava se unir a Carlos Lacerda, até que depois de reunião intermediada pelo deputado Federal Renato Archer do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (MDB-RJ) em setembro de 1967 ambos abandonaram as desavenças, levando boa parte dos parlamentares do MDB a aderir a Frente Ampla, e depois com o Ato Institucional nº 5, esses opositores sofreram as consequências de se opor ao regime. Ao fim, Viveiros refletiu que a “coesão de esforços para vencer um opositor é caminho válido, mas o que a história registra é frustrante”, chegando até os dias atuais, questionando a possibilidade de candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista e João Dória, do Partido da Social Democracia Brasileira, deixarem seus próprios interesses e constituírem uma Frente Ampla. (Folha de S. Paulo – Opinião – 19/04/22)

#### 6- Gravações do Superior Tribunal Militar III: áudios confirmaram ilegalidade em cassação de Moreira Alves

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, em áudios divulgados pelo *O Globo*, e confirmados pelo *O Estado*, o general Rodrigo Octavio, do Superior Tribunal Militar (STM) afirmou que cassação de Marcio Moreira Alves (1936-2009) foi ilegal. O parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve seu mandato cassado em 1968 pelo Ato Institucional nº 5, após realizar um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, além disso era opositor do regime. O caso veio à tona após a divulgação de áudios pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico, que provou a parcialidade nos julgamentos dos STM, relativizando as denúncias de tortura e ignorando a lei, e o caso do ex-deputado demonstrou isso. Após o AI-5, jornalistas e políticos que se posicionassem publicamente contra o regime eram perseguidos, e punidos, Moreira foi exilado e só retornou ao Brasil após a Lei de Anistia em 1979. (O Estado de S. Paulo – Política – 19/04/22)

#### 7- Militares indiciados na CPI da covid-19 entraram na corrida eleitoral

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* em decorrência da falta de responsabilização judicial dos indiciados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, realizada no ano passado, militares como o ex-ministro da Saúde e general de divisão do Exército, Eduardo Pazuello, concorrerão a uma vaga na Câmara dos Deputados. Além dele, o ex-titular da Defesa, general Walter Braga Netto, que pretende compor a chapa com o presidente da República Jair Bolsonaro. O jornal ainda explicou sobre a paralisação do relatório na Procuradoria Geral da República (PGR) responsável por processar criminalmente os envolvidos, visto que o processo está há quase um semestre em “fase preliminar”. (Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22)

#### 8- Jornalista e humorista discutiram sobre a reputação das Forças Armadas

Em coluna opinativa para jornal *Folha de S. Paulo*, o humorista e escritor Ricardo Araújo Pereira comentou sobre as últimas aquisições feitas pelo Exército. De maneira cômica, o autor comentou que os comprimidos de Viagra comprados pela Força fez crescer, diferentemente do esperado, o nariz, em uma referência às mentiras feitas pelo Ministério da Defesa, que alegou que a compra seria para tratamento de doenças pulmonares. Por fim, o autor satirizou o comunicado emitido pelo órgão que terminava com o lema do Exército “Braço forte, Mão amiga”, interpretado de forma lasciva. Em contrapartida, Jânio de Freitas em coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo* expôs que nenhuma instituição demonstrou maiores perdas do que as Forças Armadas, em particular o Exército. A questão é histórica, segundo o autor, indo desde Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca, mas com o mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, é notável e cheia de significados a forma como cartunistas, humoristas, comentaristas profissionais e leitores falam sobre o Exército, com sarcasmo e deboche. O autor traçou a proximidade das características de Bolsonaro com as Forças Armadas, no qual os dois tentam instaurar a “visão da ditadura sem ditadura”, sendo a visão para exploração da Amazônia, costumes, relações internacionais, indígenas, cultura e minorias. Com tanta proximidade assim, é claro que as outras questões também não passariam distantes como a falta de competência, ou a própria ignorância, a normalização dos abusos de poder, escândalos, e tudo isso com um toque único: do ridículo. (Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 17/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 17/04/22)

#### 9- Gravações do Superior Tribunal Militar IV: jornalistas criticaram a Justiça Militar e falas do presidente do Superior Tribunal Militar

De acordo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Luiz Carlos Gomes Mattos, ironizou a divulgação de áudios que comprovam a prática de tortura durante o regime militar (1964-1985). O ministro e general do Exército aproveitou a abertura da sessão plenária para comentar os áudios, classificando-os como tendenciosos, cujo objetivo seria influenciar a opinião pública contra as Forças Armadas. Segundo ele, “Não têm nada para buscar hoje, vão buscar no passado, rebuscar o passado. Só varrem um lado, não varrem o outro. É sempre assim. Nós já estamos acostumados com isso”. E concluiu dizendo: “Não temos resposta nenhuma para dar. Simplesmente ignoramos uma notícia tendenciosa, que nós sabemos o motivo. Aconteceu durante a Páscoa. Garanto que não estragou a Páscoa de ninguém. A minha não estragou”. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o colunista Thiago Amparo condenou a negligência do presidente do STM frente aos áudios divulgados, a respeito das torturas ocorridas durante o regime militar. Para o colunista, o episódio “é a epifania de que precisávamos para afirmar o que há muito deveria ser dito: a Justiça Militar deve ser abolida”. Na perspectiva de Amparo, os processos envolvendo militares deveriam ser julgados pela Justiça Comum, seguindo o exemplo da Argentina e de outros países latino-americanos, e levando em consideração o viés autoritário do STM onde 10 dos 15 ministros são militares da ativa, tendo em dez anos condenado apenas um general. Já o jornalista Marcelo Coelho, em coluna opinativa para o jornal

*Folha de S. Paulo*, vai mais além e propõe a revogação da Lei de Anistia de 1979. Segundo ele, a Lei de Anistia visou acelerar o processo de redemocratização e realocar os militares para os quartéis; assim, a esquerda aceitou “por comodismo e medo” o pacto e engoliu os anos de perseguição política e violação de direitos. Entretanto, Coelho apontou que em vista dos desdobramentos atuais, seja no sentido de esquecer o período ditatorial ou no ímpeto de ressuscitá-lo, “revogar a Lei da Anistia não é mais uma questão de remexer o passado. É uma imposição, com vistas ao futuro que desejamos ter”. Para o autor, não se pode promover impunidade a quem se vangloria dos crimes cometidos no passado. (Correio Braziliense - Política - 20/04/22; Folha de S. Paulo - Política - 20/04/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 21/04/22; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 21/04/22; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/22)

#### 10- Gravações do Superior Tribunal Militar V: estudiosos avaliaram a importância dos áudios divulgados sobre as violações cometidas pelo regime militar

O periódico *Folha de S. Paulo*, ouviu quatro historiadores e um cientista político a respeito dos áudios que comprovam a prática de tortura durante o regime militar (1964-1985) e o conhecimento das autoridades sobre as violações de direitos que ocorriam na época. Segundo Marcos Napolitano, autor e historiador da Universidade de São Paulo, os áudios são achados documentais importantíssimos “por revelar os mecanismos de funcionamento do sistema jurídico da repressão política e a lógica processual e argumentativa que instruiu os juízes militares”; e continuou dizendo que eles revelam “os pontos de contato e tensão entre o sistema legal (baseado na tipificação do ‘crime político’ em nome da segurança nacional e nos ritos processuais) e o sistema paralegal de repressão (baseado em interrogatório sob torturas para extrair informações e em execuções extrajudiciais)”. Para Napolitano, a Justiça Militar foi uma “justiça de regime”, além de ser uma justiça corporativa. O cientista político e professor João Roberto Martins Filho endossou que o Superior Tribunal Militar (STM) não tomou atitudes contra os torturadores durante o regime militar e denotou que “até para os oficiais da geração da Guerra Fria, marcados por um anticomunismo arraigado, aquele grau de barbaridade da repressão começou a incomodar”. Por sua vez, o autor e historiador José Murilo de Carvalho apontou que apesar de os áudios não apontarem algo novo em termos de evidência dos atos inconstitucionais cometidos, eles revelam o reconhecimento por parte de juízes militares da existência dessas práticas. Segundo Murilo de Carvalho, a divulgação dos áudios vai contra posicionamentos recentes por parte do governo; “A sistemática negação da tortura por parte dos militares, e hoje também do governo, sofre forte golpe. Em contraste com as do Chile e da Argentina, as Forças Armadas brasileiras nunca admitiram a tortura e assassinato de presos”. Nesse mesmo viés, o professor Rodrigo Patto Sá Motta afirmou que os áudios chamam a atenção pública para a realidade da ditadura, que vem sido negada por nostálgicos do período. Por fim, a historiadora Dulce Pandolfi também mencionou a Lei da Anistia e a narrativa que foi imposta no sentido de silenciar as denúncias de violações de direitos. Segundo ela, “O problema é que a ditadura brasileira sempre negou a existência da tortura, e a Lei da Anistia, que não aborda o tema da tortura,

acabou isentando os torturadores. Daí a importância enorme desse material”.  
(Folha de S. Paulo - Política - 20/04/22)

#### 11- Pré-candidatos às eleições se posicionaram sobre as Forças Armadas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro, durante evento em homenagem ao Dia do Exército, afirmou que o comando do Exército marcou a história em 2016, embora não tenha explicado a qual episódio se referia. Além disso, o presidente questionou o sistema eleitoral, dizendo que “Não podemos, jamais, ter eleições sobre as quais paira o manto da suspeição”, e declarou que as Forças Armadas “sabem o que é melhor” para o Brasil. Por outro lado, de acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, emissários do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva têm sondado generais do Exército. O objetivo dessa sondagem seria descobrir se Lula conseguiria tomar posse, caso eleito nas urnas. Segundo o periódico, a resposta do Exército foi de que nada impedirá o vencedor das eleições de assumir a presidência. Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa e atual interlocutor de Lula e dos militares de alta patente, disse ao jornal: “A impressão que fico, nessas conversas, é a de que as Forças Armadas são totalmente legalistas”.  
(O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/22)

#### 12- “Homenagens a torturadores substituí lugar de torturados”, diz Socióloga

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, a colunista e socióloga, Angela Allonso, comentou “[Hoje, em homenagens] os torturados foram substituídos pelos torturadores”. A coluna se deu no contexto da morte do general reformado Newton Araújo de Oliveira e Cruz, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Na ocasião, o presidente da República Jair Bolsonaro depositou no túmulo do militar uma coroa de flores, acompanhada de uma faixa com os dizeres “tributo à democracia”. Seu filho, o deputado Federal Eduardo Bolsonaro, acompanhou o pai nas homenagens e acrescentou que o general foi “um GRANDE HERÓI da resistência brasileira contra o comunismo em favor da liberdade”, conforme publicação. Pai e filho, “transmutam figura-chave da ditadura em paladino democrata”, comentou a colunista. O SNI foi símbolo da repressão durante o regime militar (1964-1985), período que, desde a Comissão Nacional da Verdade, tem sido enaltecido por movimentos de extrema direita, lembrou Allonso. A socióloga apontou o revisionismo - “em vez de ditadura, revolução” e acrescenta: “fala-se de luta de igual para igual entre soldados da liberdade e terroristas comunistas. A equivalência é uma fantasia, mas prospera como fogo em pólvora pela internet, em círculos vedados a juízo divergente”. A morte do general reformado foi seguida da revelação de áudios, pelo historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico, que atestam a tortura institucionalizada na ditadura, esclareceu Allonso. A colunista, por fim, afirmou: “Mourão disse que a tortura é ‘história, isso já passou.’ Não passou, está aí na berlinda. O passado, como o presente e o futuro, se disputa todo dia. (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 22/04/22)



## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima